



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

ANA CAROLINE DA COSTA DUARTE

**ENTRE EXAMES, LAUDOS E PERÍCIAS DA POLÍCIA CIENTÍFICA DA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE DO ARQUIVO DO NÚCLEO DE MEDICINA E
ODONTOLOGIA LEGAL – NUMOL EM JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2017**

ANA CAROLINE DA COSTA DUARTE

**ENTRE EXAMES, LAUDOS E PERÍCIAS DA POLÍCIA CIENTÍFICA DA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE DO ARQUIVO DO NÚCLEO DE MEDICINA E
ODONTOLOGIA LEGAL - NUMOL EM JOÃO PESSOA**

Artigo, apresentado ao Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia, 2017.1.

Área de concentração: Gestão de Documentos.

Orientador: Prof. Me. Eutrópio Bezerra Pereira

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D812e Duarte, Ana Caroline da Costa.

Entre exames, laudos e perícias da Polícia Científica da Paraíba [manuscrito] : uma análise do arquivo do Núcleo de medicina e Odontologia Legal - NUMOL em João Pessoa / Ana Caroline da Costa Duarte. - 2017.

22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Eutrópio Bezerra Pereira, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Arquivo. 2. Instituto de Polícia Científica (IPC). 3. Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL).

21. ed. CDD 027

ANA CAROLINE DA COSTA DUARTE

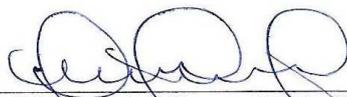
ENTRE EXAMES, LAUDOS E PERÍCIAS DA POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE DO ARQUIVO DO NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA
LEGAL – NUMOL EM JOÃO PESSOA

Artigo, apresentado ao Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia, 2017.1.

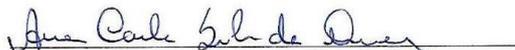
Área de concentração: Gestão de Documentos.

Aprovada em: 28/11/2017.

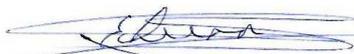
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Eutrópio Bezerra Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Me. Anna Carla Silva de Queiroz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª. Jacqueline Echeverría Barrancos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha avó, pelo exemplo, amor, incentivo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser essencial na minha vida, autor do meu destino e meu guia.

Ao professor Eutrópio Bezerra Pereira, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe Rita de Cássia Novais da Costa pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao meu filho Lúcio Flávio Costa de Lima Neto que sempre me impulsiona a lutar pelos meus sonhos.

Ao meu esposo, Luiz de Marillac Toscano da Silva Júnior que de forma especial e carinhosa, me deu força e coragem me apoiando nos momentos de dificuldade.

A meu avô Francisco Alves da Costa (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso de Arquivologia da UEPB, em especial, Anna Carla Silva de Queiroz, Eutrópio Bezerra Pereira, Jacqueline Echeverria Barrancos, que contribuíram ao longo dessa jornada, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender, terão o meu eterno agradecimento.

Aos amigos de sala de aula pelos momentos de amizade e apoio.

A todos os meus amigos que contribuíram para minha formação em especial a Wellington da Silva Gomes, que me conduziu, dando-me força, nessa trajetória.

De acordo com a visão espontânea que a maioria tem da observação esta diz respeito às “coisas tais como são”. E sob este pressuposto que se diz com frequência que a observação deve ser fiel à realidade, e que, ao descrever uma observação, só se relata aquilo que existe. A observação seria uma mera atenção passiva, um puro estudo receptivo (FOUREZ, 1995, p. 39)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA: CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ARQUIVO DO NUMOL.....	10
2.1	EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS.....	12
2.2	SUGESTÕES.....	14
3	METODOLOGIA.....	15
4	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARQUIVÍSTICA: UM APORTE NO ARQUIVO DO NUMOL DO IPC – PB.....	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS	20

ENTRE EXAMES, LAUDOS E PERÍCIAS DA POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DO ARQUIVO DO NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL – NUMOL EM JOÃO PESSOA

Ana Caroline da Costa Duarte*

RESUMO: O campo da Arquivística nos diversos setores da sociedade está cada vez mais ativo, sobretudo, nas instituições, seja ela pública ou privada. Com a crescente produção documental em variados suportes, as organizações passaram a perceber, de certa forma, a importância de salvaguardar cada documento presente nos Arquivos. Assim, entendemos que as unidades de informação (arquivo) responsável pela tutela dos acervos precisam estar dispostas de forma coerente na manutenção e organização dos documentos. Desta forma, este artigo trouxe uma discussão para o Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC – PB), mais especificamente, seu Núcleo de Medicina e Odontologia Legal do Estado da Paraíba - NUMOL, atentando-se para a examinação do Arquivo, sendo de grande importância para justiça com questões relacionadas à prova pericial e produção de laudos que ajudam nas comprovações de fatos e investigações criminais. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi analisar o Arquivo do Núcleo de Medicina Legal do Estado da Paraíba – NUMOL, como forma de proporcionar uma organização e estruturação dessa unidade, uma vez que sugerindo melhorias. Sobre o explicitado, a metodologia do estudo pautou-se sobre o prisma de uma pesquisa exploratória, qualitativa, descritiva e documental. Portanto, a proposta foi disseminar o conhecimento através desses escritos sobre o Núcleo em questão, justo por sua incipiência no campo da pesquisa.

Palavras-chave: Arquivo. Instituto de Polícia Científica (IPC). Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL).

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco, apresentar experiências e desafios no cenário da administração pública atual visando à melhoria da gestão da informação no Arquivo do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal – NUMOL, do Estado da Paraíba – João Pessoa, bem como traçar um panorama histórico desta instituição desde a sua função até os dias atuais. O estudo está relacionado à prova pericial e produção de laudos que ajudam nas comprovações de fatos e investigações criminais. Com isso, a finalidade desse artigo foi analisar e reconhecer a importância dos documentos depositados no Núcleo de Medicina e Odontologia Legal, detentora dos documentos e laudos acumulados ao longo da sua história.

Desde as civilizações mais antigas a comunicação se faz presente em seus diversos aspectos sociais: político, econômico, cultural, religioso, etc. Percebemos que esta prática

* Aluna de Graduação em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.
E-mail: carol18duarte@gmail.com

serve de sustentáculo para sua permanência de vida na terra. Com essas disposições, salientamos que a troca de informação entre indivíduos ocorre por meio da assimilação de ideias comunicada, então, o conhecimento. O conhecimento é a representação daquilo que é entendível a humanidade, por conseguinte, podendo ser objeto de uma decisão na sociedade (FOUREZ, 1995).

Ponderando assim, não devemos esquecer o envolvimento que a informação possui nesse contexto, sendo a mesma matéria-prima que envolve, transparece e dissemina o fazer do processo constitutivo do ato de se comunicar. A informação enquanto essência basilar da atividade humana permite perpetuar seus fazeres, sobretudo atrelado ao um suporte, seja ele físico ou digital. Segundo Le Coadic (1996), este insumo é um conhecimento inscrito de sentido e significado em um suporte espacial-temporal, através de um sistema de signos de linguagem que associa um significante a um significado, diferentemente do “dado”, onde não existe, necessariamente, uma significação.

O material, tal qual tipificado como suporte é o invólucro que atribui subsistência ao documento. Ou seja, suporte acrescido de informação, tornando-se assim, peça fundamental no recosto da ação humana. Qualquer registro de informações, independentemente do formato ou suporte, dando respaldo oficial como prova de ação de nossa sociedade burocrática é caracterizado como documento (BELLOTTO, 2006).

As sociedades mais remotas utilizaram diferentes suportes para dar continuidade as suas gerações, a saber, a pedra, o barro, o couro, papel... Na conjuntura atual, vemos a inserção desses aspectos em um ambiente diferenciado, o virtual/digital.

Nesse sentido, a disciplina que trata de estudar e entender os documentos, mais ainda, seu processo de gerenciamento é a Arquivologia, apresentando cada vez mais visibilidade na seara científica, uma vez que, permite sistematizar a organização de uma instituição ou pessoa pública ou privada.

Atrelado a esses fatos, estando inerente dentro da Arquivologia à Gestão de Documentos (GD) faz-se imprescindível dentro uma empresa. Esta é capaz de compreender o funcionamento do ciclo documental, no intuito de permitir sua gerência desde sua produção. Porém, nem toda empresa toma para si essas premissas, causando assim uma Massa Documental Acumulada (MDA), dificultando o andamento do trabalho de um determinado setor.

De forma generalizada, a guarda de documentos deveria ser feita em lugares adequados como arquivos, e mobiliário apropriados para o seu armazenamento. Na realidade

em que vivemos, sobretudo no Brasil, não se detém um cuidado nesse sentido, os arquivos não são depósito de papéis velhos, é um centro de divulgação e desenvolvimento científico e cultural, de apoio à administração pública e fonte de prova e informação ao cidadão.

É importante destacar que a vertente governamental, seja a nível nacional, estadual ou municipal não atentam para o desenvolvimento das práticas e técnicas arquivísticas, e a vista disso, acarretando uma proliferação desse descaso por toda esfera nacional. Situando, essa concepção, no Estado da Paraíba, quer dizer em João Pessoa, enxergamos que esta é uma realidade anexa, pois os Arquivos são constatados em uma conjuntura de insatisfação por maioria dos funcionários que os utilizam. A título de exemplo, vemos que o que se denomina Arquivo possui uma conotação de depósito, muitas vezes, sendo os documentos, dispostos e empilhados em caixas sem nenhum tratamento ou organização.

A partir desse axioma, indagamos sobre a situação deste setor, trazendo como questão: o contexto do Núcleo de Medicina Legal do Estado da Paraíba – NUMOL – PB – João Pessoa, percebendo-o como um local valioso e de grande importância para a justiça com pontos relacionados à prova pericial e produção de laudos que ajudam nas comprovações de fatos e investigações criminais.

A partir dos ditos, nosso objetivo foi analisar o Arquivo do Núcleo de Medicina Legal do Estado da Paraíba – NUMOL – PB – João Pessoa no ano de 2017. Para isso organizamos nossas metas em:

- ✓ Examinar os procedimentos do Arquivo NUMOL – PB e seu contexto;
- ✓ Descrever a situação em que se encontra o respectivo Arquivo;
- ✓ Sugerir melhorias naquele setor.

O que motivou a investigação sobre essa temática foi à participação da autora no que diz respeito a sua subsistência na instituição, compreendendo através das conexões do trabalho diário sua importância na produção orgânica informacional.

No âmbito da Arquivologia, este trabalho tornou-se relevante no sentido de conhecer o Arquivo do NUMOL – PB, além disso, na implicação de dar visibilidade, descrevendo o que compõe esta Unidade de Informação, considerando a instituição e seus serviços de Polícia Científica na cidade de João Pessoa, em visão também de sua incipiência no tangente produção técnico-científica neste órgão e setor. As produções arquivísticas de cunho científico sob o prisma pragmático serve automaticamente para o desenvolvimento do objeto estudado e sua área de concentração (LOPEZ, 2004).

Em similar, foi de grande relevância para a comunidade interna a instituição e externa,

pois envolveu questões de serviços técnicos e práticos dispostos pela polícia científica, explanando como se deu o funcionamento do Arquivo nesta instituição.

2 INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA: CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ARQUIVO DO NUMOL

O Instituto de Polícia Científica do Estado da Paraíba (IPC – PB) tem como atribuição coordenar as atividades desenvolvidas pelas perícias criminais do Estado. É dirigida pelo Diretor-Geral do Instituto nomeado pelo Governador, sendo subordinada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa social (SEDS) e vinculado Delegacia – Geral da Polícia Civil, que trabalha em cooperação com as demais policiais estaduais.

Sua administração se insere no enfoque de três (3) órgãos: o Instituto de Criminalística (IC), Instituto de Identificação (II) e Instituto Médico-Legal (IML). A seguir mostraremos o quadro de funções da Polícia Civil na Tabela 1.

Quadro 1 – Atribuições da Polícia Civil da Paraíba

Exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
Determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou assegurar a execução judicial.
Praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual.
Zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção a sociedade e ao indivíduo.
Colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais.
Adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares.

Fonte: Polícia Civil do Estado da Paraíba, 2017.

Nesse afã, a Perícia Criminal ou Criminalística é caracterizada por uma atividade técnico-científica, sendo indispensável para a elucidação de crimes quando houver vestígios. A esta técnica temos a ciência forense, encarregada de auxiliar na produção do exame pericial e na interpretação de vestígios circundada nas seguintes áreas: Química, Biologia, Geologia, Engenharia, Física, Medicina, Toxicologia, Odontologia, Documentoscopia, entre outras (IPC – PB, 2017). As atribuições dos profissionais dessas práxis (os peritos) são prerrogativas do atendimento das requisições de perícias no atendimento das requisições provenientes de Delegados, Procuradores e Juízes inerentes a inquéritos policiais, bem como processos penais.

Na composição do Instituto de Polícia Científica (Paraíba) existem Núcleos, os quais dão alicerces à responsabilidade de suas atividades, eis: Núcleo de Criminalísticas (NUCRIM), Núcleo de Laboratórios Forenses (NULF)/, e por seguinte Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL), setor de nosso estudo. A Tabela 2 ilustrará as demandas dos Núcleos mencionados.

Quadro 2 – Composição dos Núcleos do IPC - PB

<p align="center">NÚCLEO DE CRIMINALÍSTICAS (NUCRIM)</p>	<p>Responsável pelas atividades de perícia criminal no âmbito das disciplinas da Criminalística. Distribuídos ao longo de toda Paraíba, conta com unidades nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos e Cajazeiras. Possui setores nas mais diversas áreas, como: Balística Forense, Computação Forense, Contabilidade Forense, Documentoscopia Forense, Engenharia Forense, Entomologia Forense, Identificação Veicular, Local de Acidente de Tráfego, Local de Crime contra a Pessoa, Local de Crime contra o Patrimônio, Merceologia Forense, Papiloscopia Forense, Perícias Ambientais, Perícias de Áudio e Imagem, Perícias de Danos em Veículo, Perícias em dispositivos de Telefonia Móvel, Reprodução Simulada.</p>
<p align="center">NÚCLEO DE LABORATÓRIOS FORENSES (NULF)</p>	<p>Distribuídos também ao longo de toda Paraíba, possui unidades nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Patos. Tecnicamente, a atuação do Laboratório Forense está organizada em 03 (três) grandes áreas: Toxicologia, DNA Forense e Físico-Química. Por meio de cargos de Gerentes Operacionais, gerenciam diversos laboratórios instalados nos NULFs, como: Laboratório de Análise de Drogas, Análises Toxicológicas, Biologia Forense, DNA Forense, Química Forense.</p>
<p align="center">NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL (NUMOL)</p>	<p>Responsável pelas atividades de perícia criminal no âmbito das disciplinas da Medicina e Odontologia Legal. Composto toda Paraíba, conta com unidades nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Patos. Diversos exames são realizados nesses núcleos, como: Antropológico, Corporal com Lesão e sem Lesão, Corporal Complementar (sanidade), Corporal para Acidentes de Trânsito, Constatação de Embriaguez, Sexológico, Exumação Cadavérica, Necropsia.</p>

Fonte: IPC – PB, 2017.

A Polícia Judiciária no Brasil remonta ao início do século XVII. Na Paraíba, a Polícia Civil segue o mesmo processo nacional, porém, apenas em 21 de Agosto de 1981, é criada com estrutura de carreira pela Lei 4.273. A Lei Complementar n.º 85, publicada em 12 de Agosto de 2008, é a Lei Orgânica que dispõe sobre a organização da Polícia Civil, suas obrigações perante a sociedade, seus deveres e regime disciplinar.

A antiga nomenclatura do Núcleo de Medicinal e Odontologia Legal (NUMOL) era denominada apenas Instituto de Medicinal Legal (IML). Este novo nome se enquadra com maior fidelidade na caracterização funcional do setor, bem como na sua estrutura organizacional. Atualmente, no Estado, além de Campina Grande, existem unidades do NUMOL nos municípios de Patos e Guarabira.

Nesse âmbito, a composição do Arquivo do Instituto de Polícia Científica da Paraíba em João pessoa é distribuída pelos três (3) Núcleos mencionados na Tabela 2. Destarte, o Arquivo do NUMOL funciona e atende o próprio IPC, a SEDS, Polícia Civil (PC) e o Ministério Público (MP).

Sua implantação é datada na década de 1950, tendo em vista os documentos presentes nesse ambiente, oriundos da antiga Polícia Técnica. Assim, a partir de 1970, a perícia científica, passou por uma reorganização do acervo, usando uma numeração cronológica para identificação dos laudos.

2.1 EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Como aluna do curso de Arquivologia, tive grande oportunidade em participar das atividades exercidas no arquivo do núcleo de medicina e odontologia – NUMOL. Os trabalhos tiveram início em 2017, com grande produção da documentação supracitada. Essa massa documental é constituída por laudos com diversas espécies a seguir: laudo de lesão corporal, cadavérico, sexológico, complementares, antropologia (ossada), estimativa de idade, embriaguez, exumação.

Há três (3) salas que dão forma a organização do Arquivo supra, subdividida em arquivo corrente, arquivo intermediário e o permanente. Todas as salas encontram-se em caráter acondicionador de documentos, a do arquivo corrente é a única que se mantém em atividade constante, acomodando documento de sua gênese até hoje (2017). Raramente se utilizam as demais salas, pois é onde se encontram os documentos mais antigos, e consequentemente, menos consultados.

O horizonte temporal do acervo do arquivo intermediário circunscreve-se em um período de 1999 a 2006 e do arquivo permanente 1954 a 1999. É importante destacar que esses dois (2) últimos encontram-se sob condição precária, tanto em seu sentido estrutural como organização por serem os mais antigos.

Sua organização, não possui instrumentos de gestão de documentos, a saber, Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, dificultando a sistemazão, disposição e ordenação dos acervos. A organização é feita de maneira própria interna, evidentemente existem elementos metodológicos para ordenar o Arquivo, mas sem cumprirem os dispostos pelos parâmetros arquivísticos.

Os procedimentos que o setor desempenha em sua organização é feito pelo arquivista e um técnico administrativo. O arquivamento dos processos é feito de forma híbrida (física e digital desde 2003), ocorrem por ordem cronológica e tipologia documental, quando os documentos encerram suas atividades são arquivados, isto é, acondicionados dentro das caixas poliondas coloridas, mas não há critérios nesse esquema de cores, identificados por números, nomenclatura do documento (tipo), no nosso caso os lados dos exames, também denominados perícias.

O sistema usado para o arquivamento digital é padrão na instituição, nominado Sistema de cadastro numérico. Depois de passar pelos trâmites do arquivamento físico atribui-se um número eletrônico. Inicia-se no protocolo, momento em que é gerado o número eletrônico do laudo que será produzido pelo perito médico no suporte físico, em seguida segue para digitação onde posteriormente será digitado e assinado pelo perito em duas vias, após encaminha-se para autoridade solicitante (juízes e delegados) e uma outra via segue para o Arquivo.

Outra atividade desempenhada pelo setor é a higienização dos documentos, mesmo que de forma simplória, então, troca das caixas deterioradas, limpeza dos documentos e a troca das capilhas. Este serviço deveria ser acometido com mais frequência, por possuir uma demanda elevada os funcionários não conseguem desempenhá-la com periodicidade.

Conforme ilustrado na Tabela 2, o Núcleo de Medicina e Odontologia Legal produz variados tipos e espécies documentais. Os outros Núcleos em sua produção anexam seus documentos aos processos NUMOL, ou seja, complementando-os. Na Tabela 3, segue alguns desses:

Quadro 3 – Documentos frequentes do Arquivo do NUMOL

Laudo Tanatoscópico	Laudo de Exumação Cadavérica
Laudo Antropológico	Laudo Traumatológico
Laudo de Sanidade (exame complementar)	Laudo Sexológico
Laudo de Estimativa de Idade	Laudo de embriaguez

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os outros documentos anexos dos laudos que não são produzidos pelo NUMOL, são: Ofício do delegado, solicitando a realização dos exames, Boletim de Identificação Cadavérica (BIC), Ficha datiloscópica, Exame Toxicológico, Exame de alcoolemia, Exame de DNA, e Exame anatomopatológico, mais conhecido por Biópsia e/ou Citológico.

Nessa similitude, podemos ver o quão importante é o órgão do IPC para o estado da Paraíba, sobretudo, na sua produção informacional. Em nossos escritos, explanamos como se deu as atividades correntes do Arquivo do NUMOL de forma dinâmica.

2. 2 SUGESTÕES

Como vimos na seção anterior, o Arquivo do NUMOL necessita de melhorias em diversas dimensões, seja no viés organizacional ou estrutural. Com isso queremos aqui, sugerir alguns progressos, levando em consideração o contexto que esta Unidade de Informação pertence. Pois sabemos, que sobretudo, na esfera pública governamental, os desenvolvimentos retardam em sua execução, ainda mais, quando estamos diante de um setor que não há incentivo nem preocupação por parte da esfera pública.

Contudo, é lamentável o desinteresse do olhar administrativo para este setor, uma vez que é por meio dele que as instituições se mantêm respaldada em diferentes aspectos, ora em seus feitos legais com o ato comprobatório atrelado ao documento, ora por sua permanência burocrática relacionada à suas atividades, ou seja, todas essas práticas estão calcadas no conteúdo de um Arquivo.

Levando em consideração do que foi descrito nas atividades proeminente do Arquivo do NUMOL, vimos uma infraestrutura simplista de organização arquivística. Infelizmente não possui instrumentos de gestão e sua organização fica a cabo do que se é possível com os recursos que se têm. Por não dispor dos métodos arquivístico de organização documental, muitos dos acervos estão dispersos por falta de caixa-arquivo. O volume de documentos é significativo para o pouco acondicionamento. Em ano, por exemplo, são produzidos em média mais de dez mil (10.000) laudos. O recurso para acondicionar este volume não consegue suprir essa necessidade, além de não terem capital. Como já se solicitou tais recursos, e esta promessa não se cumpriu a proposta seria de utilizar materiais alternativos como papelão para a criação de caixas e capilhas novas, ou de baixo custo. Ainda, incrementar políticas de acesso e acessibilidade no Arquivo, uma vez que o mesmo não dispõe de difusão em seu acervo.

Outro fator a mencionar é a utilização das caixas coloridas sem critérios, a recomendação seria dispô-las de forma tipológicas, cada cor para um tipo documental, isto é para cada exame ou laudo pericial.

Os dois (2) funcionários do Arquivo, muitas vezes, não conseguem cumprir o trabalho arquivístico com primazia, justamente, pela demanda advindo da instituição, a contratação de

mais profissionais seria imprescindível, especialmente de agentes que entendessem dos princípios e técnicas da Arquivologia. Podemos mencionar um ponto positivo que é a presença de um arquivista no NUMOL, o mesmo conseguiria coordenar a equipe com amparo de causa acerca das menções dispostas.

O espaço físico é desproporcional para o volume do acervo, contando com apenas três (3) salas empilhadas, não se consegue transitar nos arquivos, principalmente, no intermediário e permanente. O cheiro de mofo dos processos antigos dificulta as atividades ali dentro e o aglomerado de documentos impedem a localização dos processos, demandando, às vezes, um tempo extenso para encontrá-los. A aquisição em um espaço que comportasse os acervos do NUMOL, bem como solicitação de mais salas, conseguiria facilitar o trabalho naquele setor.

Essas sugestões calhariam de forma proveitosa, visto que não iria sancionar todos os problemas, mas já facilitaria o fluxo de informação, servindo para o melhoramento de toda funcionalidade da instituição, pois como vimos, os Núcleos intercomunicam-se entre si.

3 METODOLOGIA

Pesquisar não é uma tarefa simplória, para este feito, os envolvidos precisam adentrar as fronteiras do conhecimento usando como subsídio à leitura. Então, a pesquisa tanto é o procedimento chave para a fabricação de conhecimento, quanto de aprendizagem, sendo assim, parte integrante de todo o processo de análise de um determinado objeto ou espaço (DEMO, 2000; MINAYO, 2011).

Portanto, a pesquisa é um processo formal realizado através de métodos científicos com o objetivo de resolver problemas. Com isso, temos a pesquisa pura e a pesquisa aplicada. A de caráter puro visa o progresso da ciência, procurando ampliar os conhecimentos científicos sem se preocupar com as aplicações e consequências com um desenvolvimento formalizado, objetivando a construção de teorias e leis. A pesquisa aplicada tem muitos pontos em comum com a pura, pois faz uso de suas descobertas para se desenvolver mais não se preocupa em criar teorias (DEMO, 2000).

A metodologia adotada neste trabalho foi de cunho exploratório, qualitativo, descritivo e documental. Na exploratória identificamos através de um levantamento de dados referente ao Arquivo do NUMOL informações a seu respeito, além de selecionar bibliografias existentes para respaldar o que foi escrito. A pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa e representa uma escolha de teorias e métodos apropriados na análise e no reconhecimento de

diferentes aspectos que qualifica um estudo.

Com base no que foi exposto podemos dizer que a pesquisa qualitativa não tenta controlar o contexto da pesquisa, e sim, captar o contexto na totalidade. Dessa maneira, o viés descritivo se caracteriza por analisar a ocorrência frequente de um fenômeno, a conexão e relação com outros, suas características e natureza sem fazer alterações. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A abordagem documental trilha caminhos semelhantes da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Por fim em nosso percurso metodológico, inserimo-lo no meandro da pesquisa de campo, visto que recorreremos à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro do nicho do Arquivo do NUMOL.

4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARQUIVÍSTICA: UM APORTE NO ARQUIVO DO NUMOL DO IPC – PB

A informação sempre foi o enfoque do fazer humano em suas diversas gerações, sobretudo, com o surgimento do estado burocrática atrelado à escrita. A necessidade em transmitir informações perpassa toda a história da humanidade, mas para tanto civilizações utilizaram diferentes suportes para materializar suas ações, então: a pedra, tábua de argila, couro, etc. Contudo, essas obras desenvolveram-se de acordo com cada época, passando pelas pinturas rupestres (pré-história) e o papel, até nossos dias, e, sobretudo, com o ambiente digital (GOMES, 2017).

A partir daí, conseguimos identificar traços componentes da Arquivologia quando falamos em produção de informação registrada. As práticas arquivísticas estão cada vez mais ativas nos setores da sociedade, tanto em instituições públicas, quanto privadas. Com a crescente produção documental em variados suportes, os gestores passaram a perceber a necessidade e importância de salvaguardar cada documento presente nos arquivos. Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade, família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal (PAES, 2007; BELLOTTO, 2006).

Desse modo, o documento é "peça" de extrema importância para uma organização,

pois possui em sua natureza o valor de prova. Logo, partindo do pressuposto, que toda sua estrutura é uma materialização de uma atividade e de atos verídicos, as organizações devem garantir o acesso aos documentos, sua identificação e sua localização para recuperação da informação.

Trazendo essa discussão para o contexto de produção informacional do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal do Estado da Paraíba – NUMOL de João Pessoa, percebemos a diversificação de documentos constituídos no setor, sendo de grande importância para justiça com questões relacionadas à prova pericial e de laudos que ajudam nas comprovações de fatos e investigações criminais.

Com isso, arquivo é o conjunto de documento produzidos e recebidos por uma instituição, empresa ou pessoa, agrupados ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades (BELLOTTO, 2006; CORNELSEN; NELLI, 2006; PAES, 2007). No que se refere à Arquivologia, entendemos estas premissas fortemente influenciadas pelos materiais que a compõem, suporte-informação.

De acordo, com o pensamento de Schellenberg (2006), sua definição é dada pela informação (escrita) calcada em um material (suporte), sendo assim, fator de comunicação e desenvolvimento das pessoas físicas ou jurídicas.

O documento que está introduzido em qualquer setor de um órgão, serve para materializar seus feitos, tornando este ato comprobatório. No âmbito legal, as instituições utilizam desse princípio como forma de realizar seus procedimentos, gerando diversas espécies e tipologias. Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e o caráter das informações nele contidas (BELLOTTO, 2006).

O Dicionário de Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 163), indica que tipologia documental é a

divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.

Já mencionamos as variedades documentais que o IPC possui, principalmente no NUMOL, o qual conseguimos identificar através do levantamento feito pela observação. Conforme a Lei de nº. 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, o Artigo 3º, a gestão documental define-se como o conjunto de procedimentos e técnicas no tocante à sua produção, tramitação,

uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

Então para um Arquivo funcionar as fases do gerenciamento documental são essenciais, devendo perpassar todo ciclo de vida dos documentos, a fase corrente, intermediária e permanente (ARQUIVO NACIONAL, 2005; GOMES, 2017).

A ausência de um Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), acarreta algumas desordens na organização no IPC – PB. Estes instrumentos sistematizam os documentos de uma instituição, então

O Plano de Classificação de Documentos de Arquivo resulta da atividade de classificação que recupera o contexto de produção dos documentos de arquivo agrupando-os de acordo com o órgão produtor, a função, a subfunção e a atividade responsável por sua produção ou acumulação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo resulta da atividade de avaliação, que define prazos de guarda para os documentos em razão de seus valores administrativo, fiscal, jurídico-legal, técnico, histórico, autoriza a sua eliminação ou determina a sua guarda permanente (BERNARDES, DELATORRE, 2008, p. 11).

Com os postulados, percebemos que o Arquivo do NUMOL não cumpre, de forma concisa, os princípios das teóricas e práticas arquivísticas, mas salientamos que as atividades desenvolvidas pelos funcionários no setor são de grande valia, pois com poucos recursos conseguem dar andamento as suas atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a informação é a essência e o alicerce de qualquer atividade humana, seja numa prática ou teoria. Com isso, possibilita o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento. As ciências que trabalham com essa matéria-prima a dissemina, com intuito progressista calcada nos diversos setores da sociedade.

Nesse sentido, a proposta de disseminar o conhecimento através desses escritos sobre o Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de João Pessoa, se deu por sua incipiência no campo da pesquisa. Atrelado a isto, explanamos o que foi ponderado nesse estudo para o conhecimento da comunidade interna e externa, visto que, o Arquivo da Instituição é pouco conhecido, e sobretudo, podendo ser utilizado como fonte de informação.

De um modo geral, com o apoio dos funcionários do setor e direção do IPC tornou-se possível a nossa análise. Como resultado, viu-se a apresentação desses feitos no decorrer do nosso trabalho, por meio da identificação dos problemas no setor.

BETWEEN EXAMS, AWARDS, AND PERIODS OF THE SCIENTIFIC
POLICE OF PARAÍBA: AN ANALYSIS OF THE ARCHIVE OF THE NUCLEUS OF
MEDICINE AND LEGAL DENTISTRY - NUMOL IN JOÃO PESSOA

ABSTRACT: The field of Archives in the various sectors of society is increasingly active, above all, in institutions, whether public or private. With increasing documentary production in various media, organizations have come to realize, in a way, the importance of safeguarding each document present in the Archives. Thus, we understand that the information units (archive) responsible for the protection of the collections must be arranged consistently in the maintenance and organization of the documents. In this way, this article brought a discussion to the Paraíba Scientific Police Institute (IPC - PB), more specifically, its Nucleus of Medicine and Legal Dentistry of the State of Paraíba - NUMOL, considering the examination of the Archive, being great importance for justice with issues related to expert evidence and production of reports that help in the verification of facts and criminal investigations. In this sense, the objective of the study was to analyze the File of the Nucleus of Legal Medicine of the State of Paraíba - NUMOL, as a way of providing an organization and structuring of this unit, once suggesting improvements. On the explicitado, the methodology of the study was based on the prism of an exploratory, qualitative, descriptive and documentary research. Therefore, the proposal was to disseminate knowledge through these writings about the Nucleus in question, just because of its incipience in the field of research.

Keywords: Archive. Institute of Scientific Police (IPC). Nucleus of Medicine and Legal Dentistry (NUMOL)

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanente: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320 p.

BERNARDES, Ieda Pimentel; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008, 54 p.

BRASIL. **Lei N° 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. 216 p.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências:** introdução à filosofia e ética das ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 320 p.

GOMES, Wellington da Silva. **Da análise às experiências arquivísticas:** um relato através das práxis no arquivo do fórum regional José Flóscolo da Nóbrega na cidade de João Pessoa – Paraíba. João Pessoa: UEPB, 2017. 33p.

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.ipcpb.com.br/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 115p.

LOPEZ, André Porto Ancona. Princípios Arquivísticos e documento digitais. *In: Revista Arquivo Rio Claro*. Rio Claro. Arquivo Público Histórico de Rio Claro. n. 2, p. 70-85. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 80 p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 225 p.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pb.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 277.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.